

SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO NA INFÂNCIA

Constantina Xavier Filha*

Seriam a sexualidade e a construção da identidade de gênero na infância, ‘terras incógnitas’ para as pessoas adultas nos dias atuais? Há mais de dez anos escrevi um artigo em que me perguntava se a sexualidade infantil seria terra desconhecida de adultos/as. Baseava a minha discussão em Constantine e Martinson (1984), que me propunham refletir acerca da sexualidade na infância, tomando por base o temor e o fascínio dos navegadores em suas viagens marítimas no tempo das grandes navegações.

Hoje, em outro século, voltei a pensar sobre este tema em outro texto (XAVIER FILHA, 2012), que retomo aqui: Que sensações nos levariam a navegar por mares inóspitos e desconhecidos das sexualidades e gêneros das infâncias? O gosto pela aventura, de nos lançar à deriva do que estaria por vir, do imponderável, do medo com o sabor da descoberta, da indecisão fascinante pelo novo, da vontade de desbravar algo que desconhecemos, do desejo pelo desconhecido? Ou não seriam tão desconhecidas assim estas ‘terras incógnitas’, mas campos minados pelas convicções de certezas e verdades inquestionáveis dos/as adultos/as, e até de seus sentimentos, desejos e dúvidas, transformados em discursos normativos, essencializantes, universalizantes, moralistas, para governar as crianças?

Inebriada nos mares revoltos da dúvida, da incerteza, de questionar a solidez das verdades únicas, mais uma vez me proponho pensar sobre esses mesmos temas.

*Professora Associada da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, campus de Campo Grande, atuando na Unidade de Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais e no Programa de Pós-graduação em Educação (CPAN/UFMS). Atua na formação inicial e continuada de educadoras e educadores e em pesquisas nas seguintes áreas: educação sexual, educação para a sexualidade, estudos de gênero, sexualidade, gênero e educação, violências de gênero, violências contra crianças e adolescentes e relações pedagógicas. Coordenadora do GT 23 da ANPEd Centro-Oeste. Líder/coordenadora do GEPSEX - Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Educação e Gênero - CNPq/UFMS.

Recentemente, fomos aturrida por discursos contra a inclusão dos termos gênero, sexualidade e orientação sexual no Plano Nacional de Educação e nos respectivos planos estaduais e municipais, na grande maioria dos recantos brasileiros. O termo gênero, em especial, passou a ser temido por muitas pessoas, especialmente com base em discursos conservadores de algumas alas religiosas, referendado por políticos representantes de setores que acabaram por promover uma ‘cruzada’ entre quem seria a favor ou contra a inclusão dessas temáticas nas políticas públicas e nas instituições educativas. Essas questões afetam as discussões em pauta, especialmente quando falamos da criança pequena, de sua sexualidade, das construções das identidades de gênero e, sobretudo das práticas pedagógicas nas instituições educativas.

A fim de problematizar as temáticas aqui expressas, trago dois livros para a infância, fontes de pesquisas que coordenei: “Ceci quer um bebê” (LENAIN, 2009) e “Menina não entra” (ANDRADE, 2008). Os livros, que discutem relações de gênero e sexualidade na infância, foram adotados nas escolas da cidade de Guarulhos, segunda maior cidade do estado de São Paulo. Este ato causou intenso e acalorado debate em audiência pública na Câmara dos/as Vereadores/as do município. De um lado, havia os/as partidários/as da discussão de gênero e da sexualidade nas escolas, portanto, favoráveis aos livros; de outro, os/as contrários/as.

Esse caso foi amplamente noticiado nos vários meios de comunicação no estado paulista e com repercussão nacional. O presidente da comissão de Direitos Humanos da Câmara de Guarulhos, Romildo Santos (PSDB), afirmou que a “influência” dos livros poderia levar a educação das crianças a se “desviar da vida”. Defendeu a retirada do material das escolas, dizendo que representavam a “ideologia de gênero”, com o seguinte argumento:

“É uma situação que pode levar as crianças a se desviarem da vida que é o correto homem e mulher, casamento e seguir a sua vida em frente. Não já querer ter uma tendência à homossexualidade. Como eu disse, nós não somos contra os homossexuais. Não somos homofóbicos. O que nós queremos é que a família cuide dessa parte. E não o município ou o estado” .

O que esse discurso nos faz pensar sobre a ‘terra não tão incógnita’ da sexualidade e identidade de gênero da criança? Antes de discutir e problematizar os argumentos do vereador, é conveniente descrever o teor dos dois livros que causaram tamanha comoção.

O livro “Ceci quer um bebê” conta a história da menina Ceci e de seu amigo Max. A

história iniciase com a menina perguntando se Max a amava. Ele responde afirmativamente. Ela propõe que ambos ‘façam’ um bebê. Deita-se na cama. Max, envergonhado, deita-se ao seu lado. Abraçam-se bem forte por alguns minutos. Logo em seguida, levantam-se para tomar um lanche. A partir daí, o desenrolar da narrativa discorre sobre a suposta gravidez da menina. Ela se fantasia de ‘mamãe grávida’ e assume essa identidade por alguns dias, indo à escola com uma ‘barrigona’, feita por uma almofada debaixo da roupa. Três dias depois, Max marcou um encontro com Ceci numa praça e ela o surpreendeu com um/a bebê. Ceci apresenta o/a bebê como se fosse o filho dos dois. São surpreendidos pela mãe de Ceci, que a repreende por ter saído de casa sem a sua permissão e, além disso, com seu irmão recém-nascido.

O livro “Menina não entra” conta a história de Miguel, que queria formar um time de futebol denominado “Meninos Futebol Clube”. Convidou vários garotos do bairro para formar o time. Para completar a equipe, um dos meninos convidou a sua irmã. Todos os outros meninos responderam negativamente à possibilidade de ter uma menina na equipe. Alegaram que futebol era coisa de menino, que as garotas não sabiam jogar, que poderiam se machucar. A menina argumentou que isso era preconceito da parte deles e que ela sabia jogar futebol. Eles foram convencidos e ela entrou para o time. A menina deu um show de bola! No campeonato, o time ganhou de goleada. A menina recebeu convite do time adversário para mudar de grupo. Foi convencida a ficar no grupo de origem, conquistando a função de capitã. Ela, para ficar na equipe, impôs duas condições: que meninas pudessem entrar no time e a mudança do nome da equipe para ‘Todo Mundo Futebol Clube’.

Os livros discutem acerca da sexualidade e da construção da identidade de gênero na infância. Em que esses livros poderiam ser ‘perigosos’ para as crianças? Como poderiam ‘desviá-las’? Desviar do quê? Não poderiam esses temas ser também assuntos das instituições educativas? Passo, a seguir, à discussão sobre estas questões a partir da fala do vereador, que representa um discurso nos dias de hoje socialmente recorrente.

1) “É uma situação que pode levar as crianças a se desviarem da vida que é o correto homem e mulher, casamento e seguir a sua vida em frente”: binarismo de gênero e heteronormatividade.

O discurso do vereador é enfático em vários aspectos. Dentre eles, em afirmar que o gênero é estabelecido a partir da divisão binária entre homem e mulher. Esse discurso é ancorado na perspectiva biológica, ou seja, quem tem vulva/vagina é obrigatoriamente do

gênero feminino e quem tem pênis, do masculino. Qualquer outra forma de vivência que não seja dentro dessa norma é considerada “incorreta”, “desviante”. A outra questão é pensar no casamento heterossexual como destino imutável para as pessoas, mesmo que elas ainda tenham por volta de nove ou dez anos de idade, como a maioria do público das escolas municipais daquela cidade. Louro (2000) destaca que gênero é uma construção cultural feita sobre diferenças sexuais. Gênero está ligado à constituição social de masculinidades e feminilidades nas relações sociais, culturais e históricas. Para a autora, o conceito de gênero é utilizado para se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Neste sentido, “as identidades de gênero remetem-nos para as várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade” (LOURO, 2000, p. 93). Desde que nascemos, estamos interagindo com as mais diversas pedagogias de gênero, que indicam a forma ideal de se viver o masculino ou o feminino. As cores rosa e azul constituem elementos da pedagogia de gênero que demarcam corpos e condutas de menina e de menino. Os sujeitos interagem com essas pedagogias, dialogando com elas, aceitando-as, rejeitando-as, confrontando-as, de forma ativa.

Outro conceito importante para pensar essa primeira parte da fala do político é o da heteronormatividade. Por este conceito, entendemos a fixação da heterossexualidade como a única e desejável identidade sexual para os sujeitos. Ela reforça a ideia de que os gêneros são definidos pela ótica da heterossexualidade, além de levar a pensar na relação direta existente entre sexogênero-sexualidade/desejo. Por esta perspectiva, uma pessoa que nasce com pênis seria necessariamente do gênero masculino e com identidade sexual heterossexual. O mesmo se aplicaria à menina. Tudo o que foge dessa configuração é considerado desvio, aberração, abjeção, doença.

Outra questão a ser enfatizada é a associação entre gênero, construção da identidade de gênero e a construção da identidade sexual. Apesar de essas questões serem muito pertinentes à vida dos sujeitos, elas são conceitualmente diferenciadas. Para Louro (2000), os sujeitos constroem suas identidades de gênero identificando-se como masculinos e femininos. Essas construções são eminentemente culturais, ou seja, é na cultura que o ser homem ou ser mulher é significado de determinados jeitos e modos. As identidades sexuais seriam as formas pelas quais os sujeitos expressam e vivem seus desejos: ora com sujeitos do seu mesmo sexo, de sexo oposto, com ambos os sexos, sem parceiros/as ou sem desejo de praticarem o ato sexual.

O vereador ressaltou que os conteúdos dos livros poderiam ‘influenciar’ as crianças. Essa ‘influência’ pode ser pensada sob vários aspectos. Problematizo dois deles.

O primeiro, de que se ainda pensa que a criança é um ser assexuado, sem ‘malícia’. Qualquer informação do meio social poderia ‘influenciá-la’ e ‘despertá-la’ para o assunto e para as práticas sexuais.

Contrariando essa premissa, a criança tem sexualidade desde que nasce. Essa sexualidade é diferente da sexualidade adulta. A criança se expressa sexualmente com seu corpo: sente prazer, desprazer, pergunta sobre suas teorias e dúvidas, toca seu corpo e o de outrem, busca responder às suas questões. Assim, vai construindo as identidades de gênero: aprendendo e interagindo com as pedagogias de gênero e sexualidade num ambiente em que está constantemente se relacionando, não como sujeito passivo, mas ativo na construção da sua subjetividade.

A segunda questão a ser pensada em relação ao equívoco sobre a questão da ‘influência das crianças’ leva a pensar que gênero e identidade sexual sejam sinônimos. A menina do livro que sabia jogar futebol desenvolvia uma atividade culturalmente destinada aos meninos; o experimentar o futebol não a torna menos menina – ela vivencia a sua feminilidade de forma diversa da pretendida ou idealizada pela sociedade. O simples fato de jogar futebol não faz com que a menina perca seu gênero e muito menos que se torne homossexual, como parece prever o discurso do político.

2) “Não já querer ter uma tendência à homossexualidade. Como eu disse, nós não somos contra os homossexuais. Não somos homofóbicos”: identidade de gênero, identidade sexual e homofobia”.

O vereador continua seu discurso sobre outros dois aspectos que merecem destaque. O primeiro deles é com a sua afirmação de que não é homofóbico. No entanto, ao dizer anteriormente que a leitura dos livros pode fazer com que as crianças se “desviem do caminho correto”, o faz afirmar, implicitamente, o que considera ser incorreto/desviante – no caso, a homossexualidade. Com isso, está adotando uma definição do que seja normal e anormal, com isso, estabelecendo a diferença entre sadio e patológico, entre correto e incorreto.

Outro aspecto a enfatizar é sua afirmação de que os livros poderiam favorecer nas crianças uma ‘tendência à homossexualidade’. Isso seria possível?

Nenhum dos dois livros trata da questão da construção da identidade sexual, nem mesmo da homossexualidade. O que está em voga é a questão de gênero, que demarca, com

suas normas, os espaços de meninos e meninas, dizendo o que é correto ou não para ambos/as, e como as crianças se subjetivam a partir desses vários ensinamentos sociais. A menina e os meninos do livro passam a viver de forma inclusiva na medida em que jogam futebol juntos e questionam seus preconceitos; ao admitir uma prática comum, aprendem a viver outras formas de ser menino e de ser menina.

O que fica claro é o temor da homossexualidade como se ela pudesse ser ensinada e ‘transmitida’ às crianças na escola. Na sociedade e na escola, o que se ensina é a heterossexualidade como norma, e não o contrário. “Nas sociedades profundamente marcadas pela dominação masculina, a homofobia organiza uma espécie de ‘vigilância de gênero’, pois a virilidade deve se estruturar não somente em função da negação do feminino, mas também da rejeição à homossexualidade”(BORRILLO, 2009, p. 22). Esta questão tem forte presença na educação dos meninos que, para se constituírem como tais, devem se afastar do feminino e rejeitarem tudo que diz respeito à homossexualidade. Parece que isso também se propõe na educação das meninas, como apregoa a fala do vereador.

O termo homofobia é utilizado comumente para designar medo, desprezo, ódio e aversão em relação à homossexualidade e às pessoas homossexuais ou identificadas como tais; no entanto, esse conceito é mais amplo do que isso. “A homofobia não diz respeito apenas a um universo variado de manifestações psicológicas negativas em relação à homossexualidade”. Ela está na base de preconceitos, discriminações e violências contra pessoas LGBTT e “todas as pessoas cujas sexualidades ou expressões de gênero não se dão em conformidade com a heteronormatividade” (CARVALHO, ANDRADE, JUNQUEIRA, 2009, p. 24).

A homofobia se expressa das mais diversas formas, com discursos velados e outros nem tanto, como a do vereador, assim como se vale de muitas outras estratégias, muitas delas levando suas vítimas à morte. O discurso adotado mostra a violência contra os/as considerados/as diferentes, que fogem à norma da heterossexualidade, produzindo uma criança atemporal, universal, passiva, sem sexualidade, sem gênero, sem pensamento, sem voz, sem direitos.

3) O que nós queremos é que a família cuide dessa parte. E não o município ou o estado”: famílias X instituições educativas.

A última questão da fala do vereador diz respeito à cisão entre família e instituição

educativa na tarefa da educação em questões de sexualidade e gênero. Alega ser esta função de responsabilidade única da família. Trata-se de mais um equívoco, pois todas as instituições sociais utilizam pedagogias de sexualidade e gênero, educando sexualmente e em relação ao gênero, mesmo que o neguem ou o ignorem.

A sexualidade é um campo eminentemente político, não restrito ao âmbito familiar. Evidência disso é o fato de o assunto dominar os ambientes públicos nos últimos meses. Sexualidade e gênero são campos minados por discursos sociais, culturais e históricos de grupos religiosos, científicos, moralistas, pedagógicos, dentre tantos outros. São temáticas a serem discutidas nas instituições educativas, espaço que deveria ser aberto ao debate, ao livre pensamento, ao aprendizado de se pensar diferente, de questionamentos sobre o que se convencionou ser verdade predominante e indiscutível.

Penso que a educação sexual, ou a educação para a(s) sexualidade(s), como prefiro chamar, pode ser desenvolvida nas instituições educativas estabelecendo um diálogo franco e aberto com as crianças e suas famílias. Entendo-a como “prática que visa a refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como ‘únicas’ possibilidades, evidenciando que os discursos são construções culturais e que suas formas de enunciação são capazes de produção de subjetividades”. Nessa perspectiva, urgem “a dúvida da certeza, a transitoriedade das convicções, as possibilidades de colocar-se em xeque diante do novo” (XAVIER FILHA, 2009, p. 33).

A prática relativa à educação para a sexualidade e a igualdade de gênero não pretende utilizar discursos universalizantes e moralizantes. Ao contrário, pretende constantemente instigar a reflexão e a problematização, buscando aprender junto com as crianças e as famílias, e permitir que nos lancemos nos mares da dúvida, das novas possibilidades de se constituir como masculino ou feminino, em perturbar a solidez das certezas, como propõe Louro (2000).

Considerações finais

No início deste texto, perguntava-me se sexualidade e gênero na infância representam ‘terras incógnitas’ para as pessoas adultas. Com os argumentos e discussões apresentados nos últimos meses, representados pelo discurso do vereador, presidente da Comissão de Direitos Humanos de Guarulhos/SP, observamos que para muitas pessoas as

temáticas ainda representam incógnitas, apesar de ampla e profusamente faladas. O ato de falar, a altos brados, revela desconhecimento sobre a construção da infância, dos conhecimentos sobre a criança, sobre sua sexualidade e gênero. Estes discursos, em vez de possibilitar o diálogo, acabam, pelo contrário, por aprisionar as crianças a partir de muitas formas de vigilância, normalização, essencialização e universalização do que é ser criança e viver a infância. Temos que estar atentas/os a esses discursos, socialmente presentes nos mais diversos ambientes, inclusive nas instituições educativas, e que nos afetam em nossas práticas pedagógicas. Navegar nos mares revoltos dos estudos, das dúvidas, das problematizações e das novas possibilidades de ser é o grande desafio que se coloca às nossas práticas pedagógicas mais igualitárias e desafiadoras para/com as crianças.

Referências

ANDRADE, Telma Guimarães Castro. **Menina não entra**. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

BORRILLO, Daniel. **A homofobia**. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Orgs.). **Homofobia & educação**. Brasília: LetrasLivres, 2009.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual**. João Pessoa: Ed. EFPB, 2009.

CONSTANTINE, Larry & MARTINSON, Floyd M. **Sexualidade Infantil**. São Paulo: Roca, 1984.

LENAIN, Thierry. **Ceci quer um bebê**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Lisboa: Porto, 2000.

XAVIER FILHA, Constantina Xavier (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

_____. **Educação para as sexualidades, a igualdade de gênero e as diversidades na educação das infâncias**. In: _____ (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.